

Eixo Temático

7. Educação Especial na Educação no Campo

Título

EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO NO CAMPO: REVISÃO LITERÁRIA

Autoras

Samanda Carolina Oliveira
Renata Natalina Carvalho
Talita Perussi

Instituição

Universidade Federal de São Carlos

E-mail

renata123415@gmail.com

Palavras-chave

Revisão de literatura; Educação no Campo e Educação Especial.

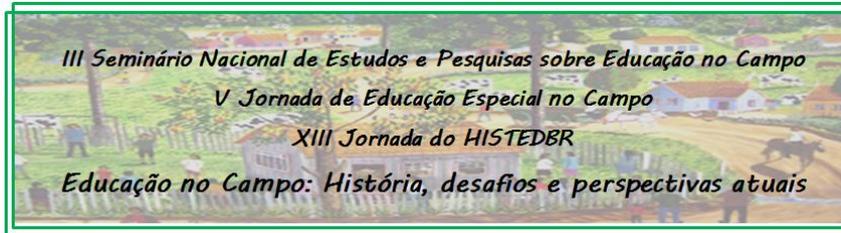
Resumo

Reconhecendo a importância do processo de educação no campo na perspectiva da educação de pessoas com deficiências, esse estudo buscou conhecer o que nos oferece a literatura brasileira dos últimos anos acerca do assunto. O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados Periódicos Capes, Scielo e GEPEC. A fim de analisar as pesquisas selecionadas, o método consistiu-se em quantitativo e qualitativo, dividindo o processo em categorias para verificação e discussão. Os procedimentos de análise permitiram conjecturar que os estudos na área são escassos e salientar que é ponderoso o aumento de pesquisas que se debruçam nesses aspectos.

Texto Completo

A atualidade educacional brasileira tem sido marcada por grandes reformas político-administrativas na área da educação no campo e educação especial, no contexto da escola inclusiva.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



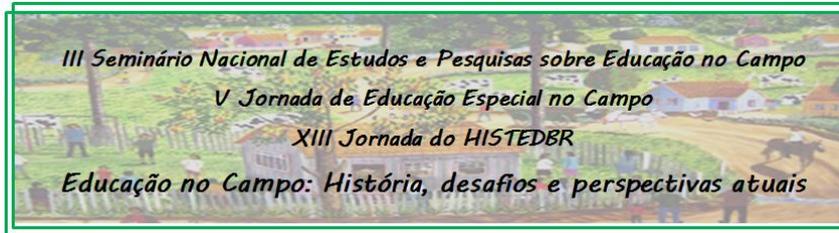
A Inclusão é um tema muito discutido na atualidade, porém nem sempre foi assim. A história nos mostra episódios distintos em suas épocas passadas, desde um tempo em que as pessoas com deficiência eram descartadas ou mortas (Antiguidade), depois passando por uma visão de exemplos da justiça divina ou do poder de Deus (Idade média) até começar a sinalizar para uma evolução de aceitação nas sociedades, percebemos a partir da segunda metade do século passado evoluções significativas neste processo.

As sociedades humanas vêm tornando-se progressivamente inclusivas, desde a antiguidade. Entretanto jamais se viu transformações tão radicais na concepção de vida coletiva e reivindicação de igualdade de direitos, como se viu na segunda metade do século passado. (OMOTE, p. 2, 2004)

Ao decorrer dos anos a legislação brasileira sofreu modificações. Dentre tais mudanças destaca-se a Constituição Federal de 1988, trazendo consigo o princípio de igualdade: declarando que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (art.5º). Partindo deste princípio, ainda na Carta Magna, é assegurado a todos o direito a educação, dispõe que o Estado tem o dever de garantir a efetividade e acesso ao presente direito (artigo 205): “O que cabe ao Estado fazer é equiparar adequadamente as escolas e dotá-las de professores com formação obtida em cursos de longa duração, com salários gratificantes, compatíveis com seu alto valor social. [...] as crianças não terão como fracassar, não terão como não aprender [...]”. (p.16)

Não obstante, a educação no campo, entra como o cumprir do direito inclusivo da educação para alunos residentes fora da área urbana. Embora a Constituição de 1988 não cite diretamente a educação do/no campo, o artigo 206 prescreve que deve haver “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e que a “educação, é direito de todos e dever do Estado e da família”.

Apesar da prescrição, entendemos que nunca houve uma igualdade de acesso à escola, com um diferencial às escolas no campo, vistas as dificuldades e carências que as mesmas sofreram durante a história e continuam sofrendo com os governos autodenominados “democráticos”. (FERREIRA, BRANDÃO, p. 11, 2011)



A partir disso, a educação no campo, entra como sendo o cumprir do direito inclusivo da educação para alunos residentes fora da área urbana. Embora a Constituição de 1988 não cite diretamente a educação do/no campo, o artigo 206 prescreve que deve haver “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e que a “educação, é direito de todos e dever do Estado e da família” (artigo 205).

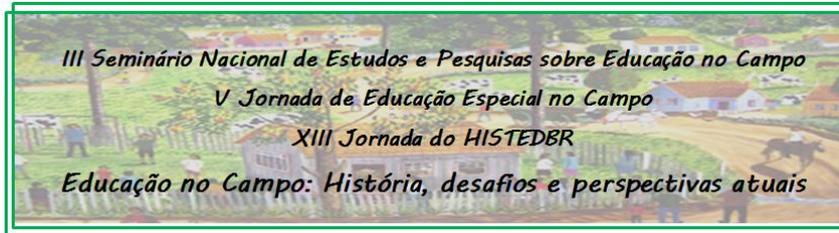
Apesar da prescrição, entendemos que nunca houve uma igualdade de acesso à escola, com um diferencial às escolas no campo, vistas as dificuldades e carências que as mesmas sofreram durante a história e continuam sofrendo com os governos autodenominados “democráticos” (FERREIRA, BRANDÃO, p. 11, 2011).

Outro momento de significativa expressão foi a adesão legislativa brasileira pela Declaração de Salamanca (1994) que defende entre outros pontos, como desafio de uma escola inclusiva, um desenvolvimento de uma pedagogia que proporcione condições de aprendizagem para todas as crianças.

A Declaração de Salamanca, firmada em 1994, nesse contexto, exerceu profícuo efeito sobre debates acerca de algumas questões essenciais de vida coletiva humana, promovendo buscas de alternativas de cumprimento da proposta de ensino de qualidade para todos, independentemente das mais variadas condições diferentes do alunato (OMOTE, p. 2, 2004).

A partir desta proposta, o Estado discorre a respeito, dentre todas as crianças, as público-alvo da educação especial com necessidades educativas especiais, dentro desta escola inclusiva, ressaltando que o aprendizado destes alunos ocorrerá preferencialmente em escolas de ensino regular (lei n. 9.394 de 1996, art. 58). Além disso, assegura um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida (art. 24 do decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009).

A nova Lei de Diretrizes e Bases (1996) aborda então, a educação especial com maiores detalhes, de forma mais clara colocando-a como modalidade e destacando sua preferência em escola regular de ensino.



A questão hoje em dia não se refere mais à ausência de legislação respectiva, como no passado, ou da inexistência de serviços especializados, pelo menos quando nos referimos aos grandes centros urbanos. Para que as leis se efetivem na prática é necessária uma mudança de postura e uma conscientização da sociedade. (PAULA, p. 101, 2001).

Não obstante, em seu artigo 28, trouxe em si “avanços” e proporcionou conquistas voltadas às políticas educacionais para o campo, apontando direcionamento específico à escola do campo. O artigo prescreve que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB, 1996).

O atual modelo escolar é chamado de modelo escolar inclusivo, visando uma educação para todos, em que alunos público alvo da educação especial (PAEE) são matriculados em salas de aula comuns de ensino. Estes alunos, segundo a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, elaborada pelo Ministério da Educação em 2008 são: alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

A escola que se pretende inclusiva deveria promover a Educação conjunta de todos os alunos, não perdendo de vista as condições diferenciadas de Desenvolvimento. A escola deveria romper as barreiras atitudinais, com cânones pedagógicos, os quais, por vezes, involuntariamente e de forma irracional, limitam a aprendizagem (RODRIGUES, p.11, 2006).

Baseada na defesa dos direitos humanos de acesso, ingresso e permanência com sucesso em escolas de boa qualidade (onde se aprenda a aprender, a fazer, a ser e a conviver), no direito de integração com colegas e educadores, de apropriação e construção do conhecimento, o que implica, necessariamente, em previsão e provisão de recursos a toda ordem (CARVALHO, 2004, 37).

Dessa forma, o movimento inclusivo está vinculado à perspectiva de modificar a sociedade, de maneira que a pessoa PAEE se desenvolva e possua condições para o

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



exercício da cidadania. Visto que uma escola inclusiva deva propor no projeto pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores nuances de uma iniciativa que favoreça as ações de integração e inclusão social por meio de práticas heterogêneas (SANTOS, 2010). Levando em consideração assim todas as heterogeneidades, como por exemplo, a inclusão do aluno PAEE no ensino do campo.

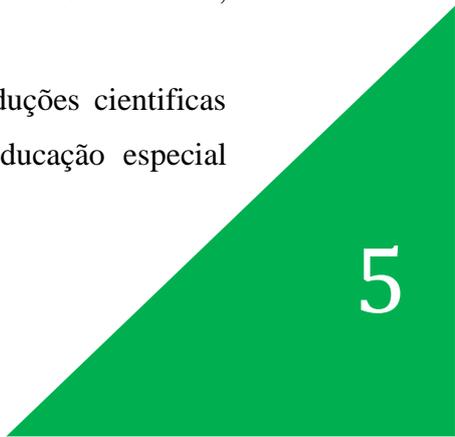
Molina e Freitas (2011) discorrem que a Educação do Campo vincula-se à construção de um modelo de desenvolvimento rural que priorize os diversos sujeitos sociais do campo, isto é, que se contraponha ao modelo de desenvolvimento hegemônico que sempre privilegiou os interesses dos grandes proprietários de terra no Brasil, e também se vincula a um projeto maior de educação da classe trabalhadora, cujas bases se alicerçam na necessidade da construção de outro projeto de sociedade e de Nação. Em função dessa intrínseca vinculação, a Educação do Campo compreende os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo em suas lutas cotidianas para manterem essa identidade como elementos essenciais de seu processo formativo, sendo que:

O acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização para os sujeitos do campo fazem parte dessas lutas. Parte relevante do Movimento da Educação do Campo tem-se voltado para a redução das intensas desigualdades e da precariedade do acesso à educação escolar, nos diferentes níveis, no meio rural. (MOLINA, FREITAS, p. 9, 2011)

Sendo assim, o direito de transversalidade de ensino para o aluno Público Alvo da educação de Especial, é abrangente a educação no campo, dentro da política de escola íncola inclusiva. Percebe-se, então, a necessidade de conhecer como esta sendo abordada, nas pesquisas brasileiras, os alunos público alvo de educação especial incluídos na educação no campo. Este estudo teve como objetivo mapear as produções científicas, sobre a temática: alunos público alvo de educação especial incluídos na educação no campo, de forma a conhecer onde tais estudos estão sendo desenvolvidos, bem como o foco de interesse dos mesmos.

Este trabalho teve como objetivo verificar e analisar as produções científicas brasileiras publicadas sobre a temática: alunos público alvo de educação especial

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015





incluídos na educação no campo, de forma a conhecer onde tais estudos estão sendo desenvolvidos, bem como o foco de interesse dos mesmos. Após isso, a segunda seção apresentada referiu-se aos procedimentos de pesquisa adotados neste estudo que expôs como foram feitos a coleta e a análise dos dados. Na terceira seção, os resultados foram apresentados junto com uma discussão, e para finalizar as considerações finais da pesquisa.

Objetivo

Pretendendo conhecer os estudos que vem sendo desenvolvidos dentro da área, esta pesquisa objetivou verificar e analisar a produção científica brasileira, acerca da temática: Educação no Campo e a Educação Especial.

Metodologia e Procedimentos

A referida pesquisa está sobre a base da técnica de pesquisa bibliográfica, segundo Gil (1994), a pesquisa bibliográfica tem sido usada com bastante frequência quando o objeto de estudo proposto é pouco estudado, assim possibilitando estudos exploratórios ou descritivos.

Ainda nesse sentido Lima e Miotto (2007, p.7) afirmam que:

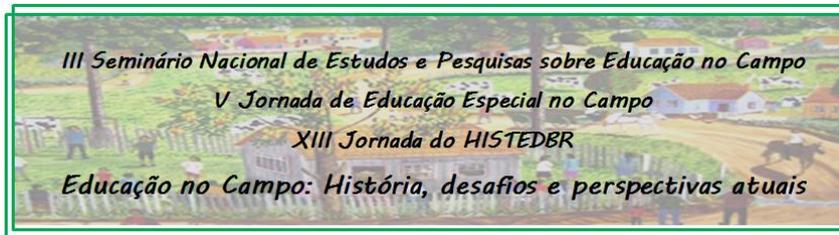
Reafirma-se a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas poucos explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas.

Os mesmos autores relatam que a pesquisa bibliográfica, como um procedimento metodológico, pode oferecer ao pesquisador uma possibilidade de buscar soluções para o seu problema de pesquisa. Construindo assim uma visão da pesquisa produzida e de futuro procedimentos e pesquisas a serem realizadas.

O Universo da Pesquisa

A presente pesquisa foi pautada na temática “Educação Especial e Educação no Campo” analisando produções científicas nacionais localizadas nas bases de periódicos

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



CAPES, Scielo e nas produções disponibilizadas pelo GEPEC- Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo da UFSCar.

Uma das possíveis razões seria o método empregado. Isto é, o acesso via bases de dados eletrônicas que abrange naturalmente apenas parte da produção científica da área, especialmente no Brasil, onde só mais recentemente tem havido um movimento de incorporação dos periódicos a ela, e mesmo assim, apenas fascículos de anos mais recentes. (IVATIUNK; YOSHIDA, 2010, p. 99).

A presente pesquisa traz como base o conceito de que o pesquisar é

Um processo no qual o pesquisador tem “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente a realidade (MINAYO, 1994, p.23).

Nesse sentido também pautamos que o processo de pesquisa se constitui, através de indagações dos pesquisadores, uma atividade científica básica, alimentando a atividade de ensino e atualiza frente à realidade, no caso: Educação Especial e Educação no Campo.

Coleta de Dados

A primeira etapa consistiu no levantamento bibliográfico nos bancos de periódicos da CAPES, Scielo e nas produções disponibilizadas pelo GEPEC- Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo da UFSCar, utilizando palavras-chave (isoladas, ou em cruzamento) específicas que descrevem o objeto deste estudo: Educação Especial, Educação do Campo e Educação no Campo.

Após isto, foi realizada a análise descritiva das pesquisas encontradas, segundo os itens encontrados nos quadros a seguir:

Quadro 1: PESQUISA CAPES

DESCRITORES	RESULTADOS	SELECIONADOS
Educação no campo, Educação Especial	2637	1
Educação do campo, Educação Especial	2359	2
Educação do campo e Educação especial	6	3
Educação no Campo e Educação Especial	3	3

Fonte: Autoras

Quadro 2: PESQUISA SCIELO

DESCRITORES	RESULTADOS	SELECIONADOS
Educação no campo, Educação Especial	0	0
Educação do campo, Educação Especial	62	3
Educação do campo e Educação especial	59	2
Educação no Campo e Educação Especial	62	3

Fonte: Autoras

Quadro 3: PESQUISA GPEC

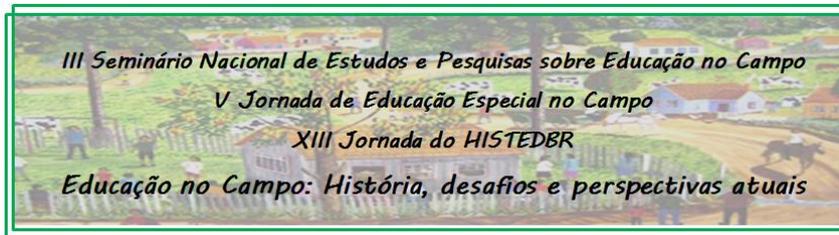
DESCRITORES	RESULTADOS	SELECIONADOS
Educação Especial Educação do Campo	239	2
Educação Especial Educação no Campo	238	2

Fonte: Autoras

Referente à pesquisa no GPEC, vale ressaltar que as buscas foram feitas sem vírgulas ou “e”, pois, verificou-se que os mesmos não traziam resultados. Aqui, os resultados trouxeram trabalhos apresentados também nos seminários organizados pelo grupo, que foram considerados relevantes para este estudo, portanto, englobados nos selecionados.

Quadro 4: RESULTADO FINAL

Total - selecionado	4
---------------------	---



Fonte: Autoras

Para filtragem de resultados foi levado em consideração a pertinência do trabalho com o tema da pesquisa. Ressalta-se que algumas pesquisas pertinentes apareceram repetidamente nos banco de dados pesquisados, logo, para resultado foram retirados repetições e pesquisas não relevantes para o tema.

Análise dos Dados

Os dados coletados e descritos foram analisados de maneira quantitativa e qualitativa. Buscou-se, em uma segunda etapa, através da leitura completa e do estudo crítico da obra, identificar, selecionar, classificar, separar e descrever os principais dados da pesquisa.

Primeiramente, a análise quantificou as produções acadêmicas encontradas, que foram selecionadas segundo o tema e objetivo da pesquisa, sendo os dados devidamente organizados.

No segundo momento, durante análise crítica, as produções acadêmicas foram separadas e categorizadas em relação à seguinte variável: tipo de produção (artigo e periódico, tese ou dissertação, capítulo de livro, ou livro).

A partir da discussão dos resultados encontrados esperou-se ainda, conhecer e descrever o universo da Educação especial e educação no Campo. Foram selecionados trabalhos que pertencem à literatura nacional.

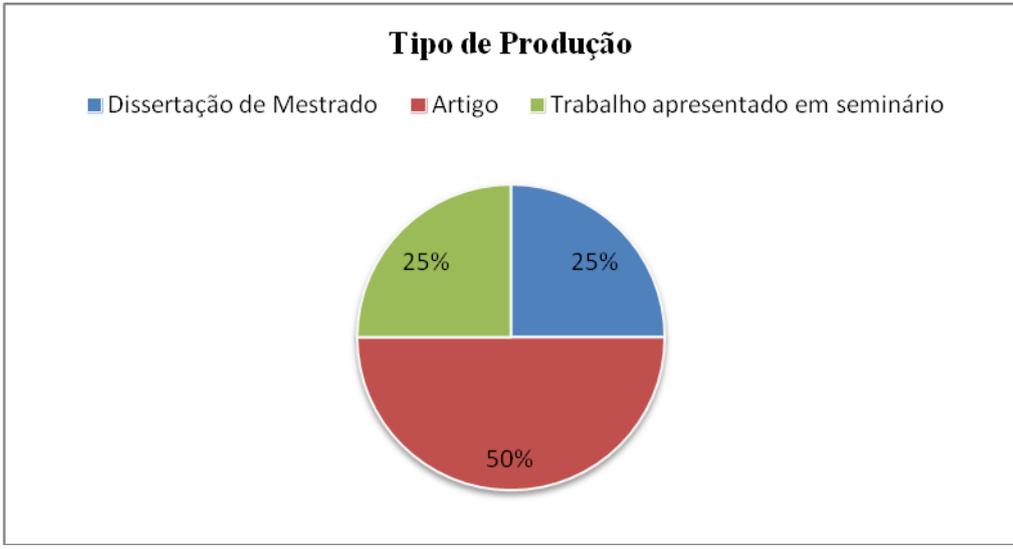
Resultados e Discussões

Os resultados e as discussões abordados a seguir foram pautados mediante a organização das pesquisas selecionadas consideradas relevantes pelas autoras para a realização desse estudo.

Tipo de Produção

O gráfico subsequente aborda os tipos de produção verificados na amostra selecionada para essa pesquisa.

Constata-se, assim, que 25% referem-se à dissertação de Mestrado, 50% a artigos e os 25% restantes, trabalhos apresentados em seminários. Considerando o tempo que o levantamento da produção abrangeu e a importância do tema, as amostras são pequenas se comparadas a outras áreas da Psicologia e da Educação Especial.

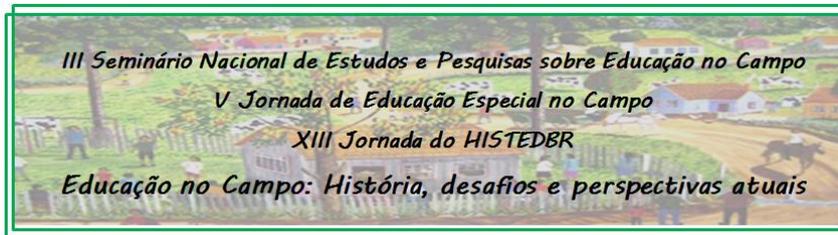


Fonte: Autoras.

Reconhecimento e Descrição dos Seleccionados

A tabela 1 identifica e divide as produções de acordo com o título, autor e ano de sua publicação.

Título	Autor (es)	Ano
Educação especial <u>na</u> educação <u>do</u> campo: <u>20</u> anos de silêncio no GT 15.	CAIADO, Kátia Regina Moreno	2011
Educação especial e a escolarização de pessoas com deficiência que residem no campo: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros.	SOUZA, Sandra Regina Casari.	2012
Educação Especial em escolas do campo: análise de um município do estado de São Paulo.	CAIADO, Katia Regina Moreno; GONÇALVEZ, Taísa, Grasiela Gomes Liduenha.	2013
Professores de Educação Especial na Educação do Campo: condições de trabalho na carreira docente.	PADILHA, Adriana Cunha.	2013



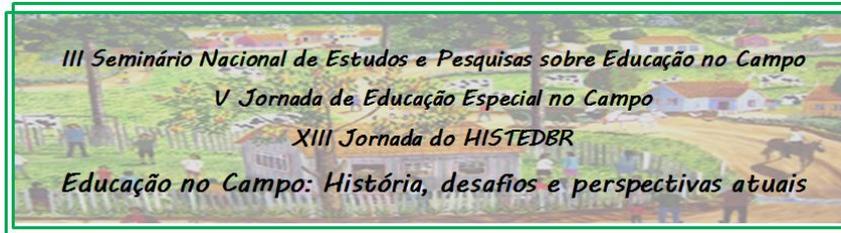
Fonte: Autoras

A seguir, são destacados aspectos importantes acerca das produções selecionadas e consideradas relevantes para este estudo.

O artigo 1 apresenta os conceitos de educação especial e educação do campo e sua interface na legislação atual. Além disso, mostra a escassez de pesquisas na área e analisa os dados do Censo Escolar (2007-2010) referentes às matrículas de alunos que vivem e estudam no campo e têm alguma necessidade especial. Os achados principais foram: maior incidência de alunos com necessidades educacionais especiais que vivem no campo e estudam na cidade, concentração de matrículas em escolas regulares, embora com incidência significativa de matrícula de alunos com deficiência intelectual nos sistemas segregados de ensino.

A análise dos dados de matrícula dos alunos com deficiência que residem no campo e estudam na cidade indica uma condição que pode ser considerada precária em se tratando do acesso à escola. Cabe questionar os motivos de tal necessidade, as condições de transporte, as possibilidades de deslocamento etc. Assim, o silêncio da produção científica sobre a interface da Educação Especial na educação do campo nos coloca mais um grande desafio. Cabe à universidade cumprir seu papel na produção de conhecimento que responda ao direito à educação escolar de todos os alunos com deficiência, inclusive dos que vivem no campo. Direito à escola que compreende matrícula, permanência, apropriação do conhecimento para participação social e ao respeito às especificidades do sujeito desencadeadas não só pela condição de deficiência, mas também pelas peculiaridades culturais e sociais da vida no campo.

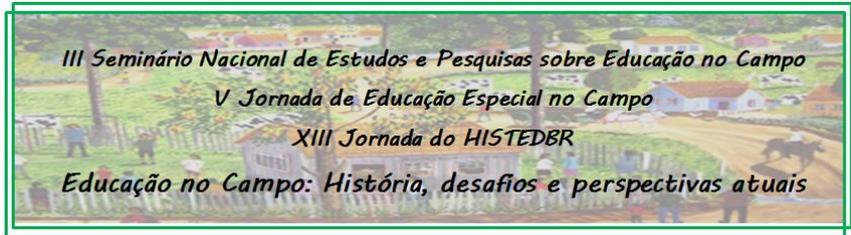
A dissertação de mestrado intitulada “Educação especial e a escolarização de pessoas com deficiência que residem no campo: Uma análise dos indicadores educacionais brasileiros” analisou e mapeou os índices de matrículas de alunos PAEE que residem no campo no estado do Paraná no período de 2007 e 2010. O objetivo foi analisar as alterações quantitativas dos índices de matrículas de alunos com deficiência que reside no campo. Foi verificado a modalidade de ensino, localidade da escola e o tipo de deficiência. Delimitou-se apenas nas quatro grandes deficiências: deficiência



visual somada a baixa visão, deficiência auditiva e surdez, deficiência física e deficiência mental.

Os resultados apontam que a interface educação especial na educação no campo tem elementos marcados de esquecimento, preconceito e indiferença que caracterizam essas duas modalidades de educação brasileira ao longo do seu surgimento histórico. Concluiu-se a escassez de estudos que abranja a educação especial no campo caracteriza uma negligência e um desinteresse do estado e das universidades em relação a esta população e a todos os grupos sociais minoritários, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativista. Que é possível a conformação das pesquisas acadêmicas ao modelo econômico vigente que prioriza e investe conforme a demanda mercadológica. A autora ainda aponta para o aumento do número de matrículas dos alunos com deficiência que residem no campo, mas que a qualidade do ensino ofertado é baixa. Além disso, traz que a busca pelo enquadramento de clientela distintas em um mesmo molde de ensino gera o fracasso escolar e esse é atribuído aos alunos. Por fim, mesmo que as políticas tenham a finalidade de compensar as desigualdades, na prática, isso ainda se mostra distante.

O artigo 3 descreve e analisa o trabalho com a Educação Especial em escolas no campo, de um município do estado de São Paulo. Para a análise dessa interface utilizaram indicadores sociais oficiais; legislação atual; e dados empíricos construídos durante as visitas ao município, quando foram realizadas observações em escolas do campo, entrevistas e encontros com professores e gestores municipais. O objetivo foi descrever e analisar o trabalho na área da Educação Especial em escolas do campo de um município do estado de São Paulo. Durante o período letivo de 2011 e 2012. Os resultados revelaram que: há alunos com deficiência que vivem no campo e estão matriculados em escolas do campo, embora muitos estejam matriculados em escolas na cidade; há uma dupla exclusão que constitui a vida de pessoas com deficiência no campo; permanece a histórica precariedade do trabalho docente nas escolas do campo. O movimento social de luta pela terra parece ter uma significativa contribuição nessa questão. Embora questão pontual, numa pauta de luta tão intensa, a condição da deficiência se impõe na vida da cidade e na vida do campo além do debate sobre acesso e permanência dos alunos nas escolas, é preciso enfrentar o debate urgente sobre qual



educação especial se quer nas escolas da cidade e do campo, explicitando qual é o projeto histórico que assumirão os educadores.

Por fim, o trabalho 4 apresentado no Seminário do GPEC em 2013, teve como central o seguinte questionamento: quais condições de trabalho os professores de Educação Especial atuantes na Educação do Campo possuem para desenvolver seu trabalho com alunos com deficiências? Buscou-se abordar esse aspecto, em escolas rurais de um município do Estado de São Paulo, e relacioná-la ao contexto da docência em Educação Especial no Brasil, através de relatos de professoras que atuam nesses espaços e de pesquisas sobre essa condição no país. Dentre as considerações, destaca-se que, mesmo permeando por estruturas precárias na educação no campo, os professores mostram-se disponíveis para discutir, refletir e rever suas práticas. A autora conclui apontando caminhos entre a realidade apresentada e os quesitos necessários para sua melhoria, que incluem, em sua maioria, políticas mais transparentes e financiamento adequado, juntamente com uma gestão de qualidade.

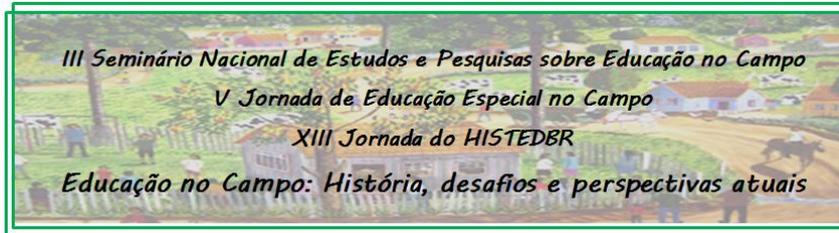
Considerações Finais

Os alunos com deficiência, por vezes, se encaixam em padrões de atendimentos educacionais prejudicados em função dos aspectos que envolvem sua “saída” das instituições e “entrada” nas escolas de ensino regular e, soma-se nesse contexto do campo um ambiente precário.

Os dados trazem um aumento no número de matrículas do PAEE nas escolas do campo, entretanto, as estruturas físicas e materiais pouco ou nada se modificaram. Além disso, há uma preocupação envolta nas metodologias de ensino empregadas que apontam para uma tentativa de enquadrar todos em um mesmo molde de ensino, que gera fracasso escolar e o mesmo é considerado resultante das especificidades do alunado e não do processo falho de ensino-aprendizagem.

Na legislação há a tentativa de diminuição das desigualdades sociais e educacionais, na prática, esbarra-se com a distância existente entre esses dois lugares. Polos que deveriam estar próximos para a obtenção de um ensino de qualidade para todos, dentro de suas características e necessidades para se desenvolverem plenamente.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Para além, a análise dos dados obtidos com este estudo permite conjecturar que os trabalhos na área estão em crescimento, trazendo em seus resultados a importância de movimentos sociais e públicos para sua efetividade, e salienta que é ponderoso o aumento de pesquisas que se debruçam nesses aspectos.

Referências

BRASIL. MEC. CAPES. Banco de Teses. Disponível em <http://bancodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em agosto de 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Congresso Nacional. **Leide Diretrizes e Bases da Educação** (Lei 9.394/96). Brasília: Centro Gráfico, 1996.

_____. Congresso Nacional. **Decreto nº 6949**. Brasília: Centro Gráfico, 2009.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB n. 2/2001**, de 11 set. 2001. Institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2001.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação**. Ministério da Educação. Brasília, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

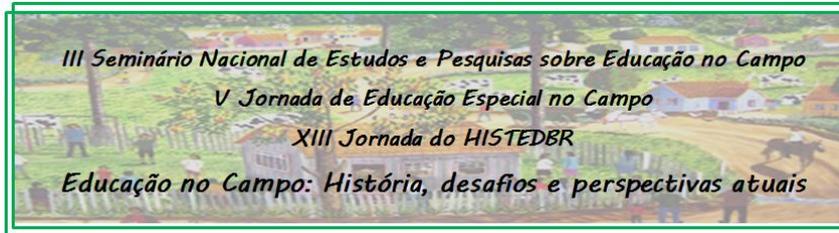
CARVALHO, R.E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Editora mediação, 2004.

CASTRO, V, D, B; DALL'ACQUA, M, J, C. **Matrículas de alunos público-alvo da educação especial: dados dos censos escolares entre 2008 e 2012**. VIII encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial, 2013 - ISSN 2175-960X.

DINIZ, M.; RAHME, M. F. Educação Especial: Da educação especial à educação inclusiva. In: Margareth Diniz, Renata Nunes Vasconcelos. (Org.). **Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores**; v. 1500, no34. Belo Horizonte: Formato/Saraiva, 2004, p.123-189.

IVATIUK, A. L.; YOSHIDA, E. M. P. Orientação profissional de pessoas com deficiências: Revisão de literatura (2000-2009). **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 11, n. 1, p. 95-106, 2010.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KASSAR, M.C.M. **Matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino: do que e de quem se fala?** In: GÓES, M. C. R.;
- LAPLANE, A. L. F. (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva. 2. ed. (Demais edições) Campinas**: Autores Associados, 2007.
- LIMA, T.C.S de; Miotto, R.C.T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Katál, Florianópolis, v.10, 2007.
- MACHADO, P.C. **A política educacional e integração/inclusão: um olhar do egresso surdo**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, Set. /Dez. 2006.
- MINAYO, M. C. **Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social**. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.
- _____. **O desafio do conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.
- NUNES, L.R. O. P., GLAT, R., FERREIRA, J.R., MENDES, E. G. A Pós – Graduação em Educação especial no Brasil: Análise Crítica das Produções Discentes. **Revista Brasileira de Educação Especial**, n.5, 199, 113-126.
- OMOTE, Sadao. (Org.) **Inclusão: intenção e realidade**. Marília: Fundepe, 2004.
- PLINSKI, R. O Currículo e a Educação de Surdos. In: **Revista virtual de cultura surda e diversidade**, ed. 9, p.470. Disponível em <http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista>. Acesso em agosto 2014.
- SAVIANI, D. Política Educacional Brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação**. PUC-Campinas, n. 24.p.16.
- SILVA, O. M. da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 1986. Disponível em: <<http://www.visionvox.com.br/biblioteca/a/a-epop%C3%A9ia-ignorada.txt>>. Acesso em: 17 de abril de 2014.